



Câmara Municipal de Itapuí

Estado de São Paulo

PROCESSO N.º 10/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2025

CONTRATO N.º 01/2025

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram a Câmara Municipal de Itapuí e a empresa Centro de Integração de Estudantes – Estágios CIN, adotando-se o regime da Lei n.º 14.133/2021.

Aos dezessete dias do mês de março do ano de 2025 (17/03/2025), na cidade de Itapuí, Estado de São Paulo, a **Câmara Municipal de Itapuí**, inscrita no CNPJ sob n.º 02.466.267/0001-02, representada por seu Presidente VALDIR DONIZETE CASTANHO, e a empresa abaixo relacionada, por seu representante legal, acordam proceder, em atendimento ao disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021, e em decorrência do processo 10/2025, dispensa de licitação 02/2025, o seguinte instrumento contratual, com as seguintes cláusulas.

Identificação da CONTRATADA

Razão Social: **Centro de Integração de Estudante – Estágio CIN**

CNPJ: 03.233.240/0001-24

Endereço: Rua Azevedo Portugal n.º 1369, Centro – Guarapuava/PR – CEP 85.010-200

Telefone: (42) 99867-2019

e-mail: estagioscinpitanga@hotmail.com

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de serviços de: Agente de Integração de Estágios.

Valor total: R\$ 48,00 (quarenta e oito reais) por doze meses

Valor mensal por estagiário: R\$ 4,00 (quatro reais)

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS

2.1. Faz parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de dispensa de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada via e-mail pela CONTRATADA.



Câmara Municipal de Itapuí

Estado de São Paulo

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A CONTRATADA fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a validade deste contrato.

3.2. DO ESCOPO DA EXECUÇÃO – A contratada deverá:

3.2.1. Promover convênio entre as diversas instituições de ensino, se comprometendo a formalizar novos convênios caso necessário, devido a candidatos de instituições não conveniadas estarem pleiteando vagas;

3.2.2. Promover o cadastro de estudantes para seleção dos mesmos e posterior elaboração de contratos;

3.2.3. Gerenciar e controlar as vagas em aberto;

3.2.4. Proporcionar a divulgação constante das vagas, até que as demandas sejam totalmente atendidas;

3.2.5. Não permitir nenhuma medida que esteja em desacordo com a Lei n.º 11.788 de 28 de setembro de 2008;

3.2.6. Celebrar Termo de Compromisso com a instituição de ensino, a concedente e o estudante, bem como conferir se os termos estão devidamente coretos, zelando por seu fiel cumprimento;

3.2.7. Informar aos estagiários sobre os documentos e providências necessários à efetivação do Termo de Compromisso de Estágio, bem como sobre seus deveres, direitos e obrigações;

3.2.8. Fornecer declarações solicitadas pelos estudantes;

3.2.9. Administrar e acompanhar os contratos ativos, realizar quando solicitado: renovações de contratos, desligamentos e alterações de contratos;

3.2.10. Fiscalizar se o aluno possui matrícula ativa na Instituição de Ensino, bem como notificar a contratante, acerca de qualquer alteração na situação escolar dos estagiários, como conclusão, interrupção ou desligamento do curso, sempre que informada pela Instituição de Ensino;

3.2.11. Comunicar a contratante, com antecedência de 30 (trinta) dias, sobre a previsão de término dos contratos, para análise de possíveis prorrogações;

3.2.12. Controlar quantidade de supervisor de estagiário;

3.2.13. Cadastrar os supervisores ativos da Câmara Municipal e fornecer aos mesmos login e senha de acesso para o preenchimento dos relatórios de atividades;

3.2.14. Disponibilizar através de sistema próprio, campo para preenchimento de relatório semestral de atividades, com vista obrigatória ao estagiário;

3.2.15. Informar à contratante sobre exigências específicas dos conselhos fiscalizadores profissionais quanto à supervisão de estágio;

3.2.16. Controlar vigências de contratos, não autorizando que excedam o limite de 02 (dois) anos, bem como não aceitando contratos além da data do término dos estudos;

3.2.17. Contratar a favor do estagiário, seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado;



Câmara Municipal de Itapuí

Estado de São Paulo

- 3.2.18. Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- 3.2.19. Controlar parâmetros de assinaturas pré-estabelecidas entre as Instituições de Ensino e fiscalizar se estão sendo realizadas de maneira correta;
- 3.2.20. Fornecer atendimento às solicitações desta Administração Pública em até 24 (vinte e quatro) horas, levando em conta a urgência das demandas oferecidas;
- 3.2.21. Possuir canais de comunicação que facilitem o contato com os estudantes, proporcionando amparo e orientações quanto as suas dificuldades e permitir o acesso a atendimentos, para esclarecimento de dúvidas e solução de problemas que possam surgir;
- 3.2.22. Possuir portal de acesso Web;
- 3.2.23. Se necessário, imprimir e distribuir os contratos para os estudantes;
- 3.2.24. O agente de integração deverá atuar de forma compartilhada com os envolvidos na contratação, não restringindo assim sua atuação apenas ao momento de identificação das oportunidades às vagas ofertadas, mas também ao longo da realização do estágio, em que as eventuais intercorrências deverão ser identificadas e solucionadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

- 3.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma da lei, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.
- 3.2. A vantajosidade da manutenção do contrato se dá em decorrência da economicidade nos trâmites licitatórios.
- 3.3. Na prorrogação que supere o prazo de 12 (doze) meses, os preços registrados serão reajustados pela variação do Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apurado nos últimos 12 (doze) meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, a critério da administração.
- 3.4. A vigência do contrato iniciar-se-á após a sua publicação.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

- 4.1. O CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto contratado, a qualquer hora. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas de acordo com as seguintes disposições:

I – **Gestão do contrato:** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documento pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção de contratos, dentro outros;

II – **Fiscalização técnica:** é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo de prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os



Câmara Municipal de Itapuí

Estado de São Paulo

indicadores estipulados, para efeito de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa;

III – **Fiscalização administrativo:** é o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

4.2. A responsabilidade pela gestão deste contrato ficará a cargo da Comissão de Gestão e Fiscalização de Contratos da Câmara Municipal de Itapuí, através de seus membros, que serão também responsáveis pelo recebimento e atesto do documento.

4.3. A fiscalização técnica deste contrato, assim como a administrativo também será realizada pela Comissão de Gestão e Fiscalização de Contratos da Câmara Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

5.1. A despesa estimada será da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.39.0.0 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA as importâncias estipuladas nesse contrato, de acordo com a quantidade efetivamente executada, em até 10 dias após a emissão da nota fiscal/documento equivalente, que deverá conter o número da licitação.

6.2. As condições para que ocorra o pagamento são as seguintes:

I – A CONTRATADA deverá protocolar o pedido de liberação do pagamento, acompanhado de comprovante de execução do serviço (relatórios, ordens de serviços, etc), e NOTA FISCAL, no endereço eletrônico secretaria@itapui.sp.leg.br

II – a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação, dentro do prazo de sua validade:

- a) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal;
- b) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- c) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- d) Comprovante de regularidade para com o FGTS;
- e) Comprovante de regularidade para com a Justiça do Trabalho;
- f) Somente serão aceitos documentos com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias;

6.3. Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:

I – o pagamento será retido, aguardando a regularização por parte da CONTRATANTE, que deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de extinção contratual, com aplicação da multa rescisória;

II – será realizado o pagamento, procedendo-se as retenções tributárias, na forma da lei.



Câmara Municipal de Itapuí

Estado de São Paulo

6.4. Verificando-se a existência de responsabilidade subsidiária ou solidária, por parte do CONTRATANTE em relação a algum débito previdenciário ou trabalhista da CONTRATADA, a fim de garantir o ressarcimento dos valores e indenizações devidas à Administração em decorrência da citada responsabilidade, o CONTRATANTE se reserva o direito de reter o valor correspondente quando da liberação do pagamento.

6.5. Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão conter o mesmo CNPJ constante na proposta que originou este contrato.

6.6. O pagamento será efetuado em até 30 dias após a emissão da nota fiscal/documento equivalente, que deverá conter o número da licitação.

6.7. As notas fiscais/documento equivalente deverão ser encaminhadas para o e-mail secretaria@itapui.sp.leg.br

6.8. Será considerado atraso no pagamento, se decorrido 2 (dois) meses, contados da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesa de obras, serviços ou fornecimentos.

6.9. O disposto no item 6.6. não se aplica em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RETENÇÕES

7.1. A Câmara Municipal de Itapuí, Estado de São Paulo, está obrigada a reter e fazer o recolhimento ao Tesouro Municipal o imposto de renda sobre a renda retido na fonte (IRRF) incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas físicas ou jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, com base nas alíquotas previstas no Anexo I da Instrução normativa RFB n.º 1234 de 11 de janeiro de 2012, especificamente a coluna "IR(02)", devendo também observar o disposto no Decreto Municipal n.º 2998/23 e na IN RFB n.º 1234/2012.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE RESPOSTA A PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS E RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO

8.1. Nos termos do inciso X da Lei n.º 14.133/2021, fica estabelecido que, caso a contratada solicite repactuação de preços, a contratante deverá responder ao pedido no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis a partir da data do recebimento formal do pedido.

8.2. Da mesma forma, de acordo com o inciso XI da referida legislação, se houver requerimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato/ata, a contratante deverá proferir resposta dentro do prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data do recebimento formal do pedido.



Câmara Municipal de Itapuí

Estado de São Paulo

8.3. A contagem do prazo previsto nesta cláusula iniciará a partir da data de recebimento formal do pedido, devidamente protocolado e acompanhado de toda a documentação necessária para análise e deliberação.

8.4. Caso a documentação apresentada pela contratada esteja incompleta ou insatisfatória para análise do pedido de repactuação de preços ou restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, a contratante notificará formalmente a contratada, solicitando a complementação da documentação faltante.

8.5. O prazo estabelecido nesta cláusula será interrompido durante o período em que a contratada estiver providenciando a complementação da documentação, reiniciando-se a contagem dos 30 (trinta) dias a partir da data de recebimento da documentação complementar pela contratante.

8.6. Os prazos estabelecidos nesta cláusula poderão ser alterados mediante acordo escrito entre as partes contratantes, observadas as disposições legais pertinentes.

8.7. Quaisquer comunicações ou notificações relacionadas aos pedidos de repactuação de preços ou restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverão ser realizados por escrito e enviados para o e-mail licitacoes@itapui.sp.leg.br, entregues pessoalmente ou enviados por meio de correio registrado, com aviso de recebimento, ou por qualquer outro meio que assegure a comprovação do recebimento.

8.8. Para as hipóteses onde couber atualização monetária, os preços poderão ser reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apurado dos últimos 12 meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

CLÁUSULA NONA – DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

9.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n.º 14.133/2021, nos seguintes modos:

- I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II – consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III – determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissária ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I – não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusula contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;



Câmara Municipal de Itapuí

Estado de São Paulo

- II – desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III – alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV – decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V – caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI – atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII – atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII – razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX – não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

9.3. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.4. A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

9.5. Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da cláusula penal prevista no item anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no artigo 416, parágrafo único, do Código Civil.

9.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E MULTAS

10.1. As sanções previstas no artigo 156 da Lei n.º 14.133/2021 serão aplicadas observando-se os seguintes ritos:

I – advertência e multa: a aplicação da sanção se dará nos próprios autos do processo licitatório ou da compra direta em que tenha ocorrido exclusivamente infração de inexecução parcial, depois de oportunizado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, o contraditório e a ampla defesa em resposta à simples notificação, contados do recebimento desta.



Câmara Municipal de Itapuí

Estado de São Paulo

II – impedimento de licitar e contratar e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: a aplicação da sanção será precedido do devido processo de responsabilização, a ser autuado em apartado.

10.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

- I – der causa à inexecução parcial do contrato;
- II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – dar causa à inexecução total do contrato;
- IV- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 01 de agosto de 2013.

10.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.4. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações do órgão de controle.



Câmara Municipal de Itapuí

Estado de São Paulo

10.6. O artigo 78, define que os percentuais de multa serão aplicados na seguinte proporção, a quem:

I – der causa à inexecução parcial do contrato: 0,5% (meio por cento) ao dia do valor do objeto da inexecução até o limite de 10% (dez por cento);

II – der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

a) se o dano não for aferível: 10% (dez por cento) do valor do contrato;

b) se o dano for aferível e superior a 10% (dez por cento) do valor do contrato: prevalecerá o valor do dano até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato;

III – der causa à inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame: 2% (dois por cento) o valor da proposta ofertada;

V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: 2% (dois por cento) do valor da proposta ofertada;

VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, dentro do prazo fixado pela Administração Pública Municipal, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: 5% (cinco por cento) do valor da proposta ofertada;

VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado: 0,5% (meio por cento) ao dia do valor do objeto em atraso até o limite de 30% (trinta por cento);

VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: 30% (trinta por cento) do valor da proposta ou do contrato;

IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: 30% (trinta por cento) do valor da proposta ou do contrato;

X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: 30% (trinta por cento) do valor da proposta ou contrato;

XI – praticar atos ilícitos com vistas a fraudar os objetivos da licitação: 30% (trinta por cento) do valor da proposta ou contrato;

XII – praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei n.º 12.846/2013: 30% (trinta por cento) do valor da proposta ou do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ENCARGOS

11.1. As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO



Câmara Municipal de Itapuí

Estado de São Paulo

12.1. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que este contrato se aderirá.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

13.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas da Lei n.º 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. O CONTRATANTE providenciaria a publicação deste contrato no Diário Oficial do Município e no sitio eletrônico da Câmara Municipal na área de Licitações e de Contratos, nos termos do art. 174 da Lei n.º 14.133/2021, para fins de garantia da ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

15.1. São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

- a) promover condições para a execução dos serviços, objeto deste contrato;
- b) assegurar o livre acesso às áreas envolvidas no serviço, de pessoas credenciadas pela CONTRATADA para a sua execução, prestando-lhes esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
- c) empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;
- d) fiscalizar a prestação de serviços, por meio do setor competente da Câmara Municipal, comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem de sua imediata intervenção;
- e) publicar o extrato do contrato e seus aditivos;
- f) controlar e acompanhar toda a execução do contrato, e designar gestor operacional para acompanhamento deste contrato.

15.2. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

- a) contatar com o setor competente da Câmara Municipal antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar os detalhes da execução, evitando transtornos durante sua prestação;
- b) executar os serviços nas condições estabelecidas neste contrato;
- c) refazer imediatamente, por sua conta, o serviço não aceito pela fiscalização, mantendo o local de execução limpo ao término do dia em que foi realizado;
- d) cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes à segurança, higiene e medicina de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os



Câmara Municipal de Itapuí

Estado de São Paulo

- que trabalharemos ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de execução de serviços, incluindo o uso de uniforme e crachá de identificação;
- e) facilitar as atividades de fiscalização dos serviços realizados pelo CONTRATANTE, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
 - f) respeitar os prazos contratuais previstos neste contrato;
 - g) não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia anuência, por escrito, do CONTRATANTE;
 - h) comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, quaisquer alterações que possa comprometer a execução da realização destes serviços, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros; e
 - i) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

16.1. A CONTRATADA se compromete a adotar as melhores práticas para respeitar a legislação vigente e/ou que venha a entrar em vigor sobre proteção de dados, inclusive na forma da Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

16.2. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda documentação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

16.3. A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados que tenha acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

16.4. A CONTRATADA se obriga a manter e utilizar medidas de segurança administrativa, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais coletados em razão da execução do objeto deste contrato, garantindo sua proteção contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

16.5. A CONTRATADA deverá manter registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

16.6. A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias da CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

16.7. A CONTRATADA deverá apresentar à CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.



Câmara Municipal de Itapuí

Estado de São Paulo

16.8. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que deverá estar disponível em caráter permanente para exibição a CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ, mediante solicitação.

16.9. A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente contrato.

16.10. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito da CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ ou do titular dos dados, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

16.11. Caso autorizada a transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem ser limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

16.12. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

16.13. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato a CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

16.14. A comunicação mencionada no item anterior não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

16.15. A CONTRATADA deverá colaborar, inclusive com eventual comunicação de ocorrência de incidente de segurança, à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

16.16. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ e, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, eliminará os respectivos dados pessoais de seus banco de dados, inclusive todas as cópias porventura existentes (seja em formato físico ou digital), ressalvadas as hipóteses do artigo 16 da LGPD.

16.17. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir integralmente a reponsabilidade pelo pagamento de perdas e danos de ordem patrimonial, moral, individual ou coletivo, incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional, decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ para as finalidades pretendidas neste contrato ou em razão do descumprimento de suas



Câmara Municipal de Itapuí

Estado de São Paulo

obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUI'.

16.18. Todas as obrigações relativas à proteção de dados pessoais, inclusive sigilo e confidencialidade, permanecerão em vigor mesmo após o término de vigência do presente contrato.

16.19. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e consequente sanção, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O presente contrato está vinculado à proposta da CONTRATADA, e à Lei n.º 14.133/2021.

17.2. A CONTRATADA concorda que todas as comunicações, notificações e decisões da Administração, realizadas por meio do endereço eletrônico da contratada, a ser fornecido no ato da assinatura do instrumento contratual, serão consideradas válidas e eficazes, independentemente de sua ciência ou manifestação expressa.

17.3. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

17.4. A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

17.5. A contratada reconhece a obrigação de cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Jaú/SP, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, por estarem jutos e acordados, as partes assinam este contrato em duas vias de igual forma e teor.

Itapuí, 18 de março de 2025.



Câmara Municipal de Itapuí

Estado de São Paulo


CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

Valdir Donizete Castanho
Presidente da Câmara Municipal

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIO CIN

Sibelle Rehben Bolzani de Oliveira
Representante legal

Testemunha 1: _____

Testemunha 2: _____

Comissão de Gestão e Fiscalização de Contratos do Poder Legislativo



Oberlei Fábio da Silva
Presidente da Comissão



Câmara Municipal de Itapuí

Estado de São Paulo

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIO CIN

Contrato n.º 01/2025

Processo n.º 10/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, despachos e decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no artigo 2º das Instruções 01/2025, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) o acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Itapuí, 18 de março de 2025.



Câmara Municipal de Itapuí

Estado de São Paulo

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

Nome: Valdir Donizete Castanho

Cargo: Presidente da Câmara Municipal

Assinatura: _____

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIO CIN

Nome: Sibelle Rehben Bolzani de Oliveira

Cargo: Representante legal

Assinatura: _____

Gestão do contrato: Comissão de Gestão e Fiscalização de Contratos do Poder Legislativo

Nome: Oberlei Fábio da Silva

Cargo: Presidente da Comissão

Assinatura: _____